



RESUMO PARA OS CIDADÃOS

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2019 DO PO SEUR

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, EIXOS PRIORITÁRIOS E FINANCIAMENTO DISPONÍVEL

O PO SEUR, aprovado por decisão da Comissão Europeia (COM) a 16 de dezembro de 2014, é um instrumento da Estratégia Europa 2020 para o domínio da Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos, agregador de 2.252 milhões de euros de financiamento comunitário de Fundo de Coesão (FC). A sua intervenção abrange a totalidade do território nacional.

A estratégia preconizada para este Programa operacional traduz uma perspetiva multidimensional da sustentabilidade, assente em três pilares estratégicos:

OT 4 Eixo Prioritário 1 - Economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores

757 milhões de euros de Fundo de Coesão

OT 5 - Eixo Prioritário 2 - Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos

426 milhões de euros de Fundo de Coesão

OT 6 - Eixo Prioritário 3 - Proteção do ambiente e uso eficiente de recursos

1.020 milhões de euros de Fundo de Coesão

Estes pilares estratégicos, operacionalizados nos três eixos de atuação do PO SEUR, correspondem aos Objetivos Temáticos do domínio da Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos (SEUR), contratualizados entre Portugal e a União Europeia através do Acordo de Parceria designado “Portugal 2020”. Este Acordo espelha assim a estratégia nacional para o atual período de aplicação dos Fundos da União Europeia (2014 e 2020), com execução até 2023.

O PO SEUR inclui ainda o Eixo Prioritário 4, “Assistência Técnica”, que se destina a financiar a realização das atividades inerentes ao desenvolvimento das competências e tarefas de

gestão e controle e de divulgação do Programa e dos apoios atribuídos e resultados atingidos,

Cada Objetivo Temático (OT) desdobra-se em Prioridades de Investimento (PI) e Objetivos Específicos (OE), que têm associados indicadores de realização física e financeira, cujo desempenho se avaliou no ano de 2019, com base nos objetivos intermédios a atingir em 31-dez-2018 e posteriormente em 31-dez-2023, bem como indicadores de resultado dos apoios comunitários nas políticas públicas que financiam, com metas traçadas para 2023. De destacar que o POSEUR cumpriu os objetivos intermédios de 2018, o que permitiu a atribuição da Reserva de Desempenho correspondente a 6% da dotação de cada Eixo Prioritário, confirmada através de Decisão C(2019) 6116, de 13 de agosto.

Em 2016, foram aprovados pela COM, através da Decisão C (2016) 5476, de 22.08.2016, ajustamentos ao Eixo 2 do POSEUR, para permitir o alargamento das tipologias de operações elegíveis no âmbito territorial da Região Autónoma da Madeira (RAM), no que se refere à PI 5.2 “Promoção de Investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes” e em 2017, através da Decisão C(2017)7088, de 17 de outubro, foram aprovados ajustamentos ao Eixo 1 do POSEUR, para permitir a forma de apoio não reembolsável e alterar condições de elegibilidade das candidaturas da PI 4.3, relativa à Eficiência Energética nos edifícios da Administração Central, de modo a tornar mais abrangente e universal o acesso das entidades potencialmente elegíveis a esta área de intervenção do Programa. Em 2018, a 5 de dezembro, através da Decisão C(2018)8379, a Comissão Europeia aprovou a reprogramação do POSEUR, enquadrada na reprogramação global do Portugal 2020, com o objetivo de reforço do alinhamento estratégico com o Plano Nacional de Reformas e da concentração dos apoios, para a eficácia das políticas públicas.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

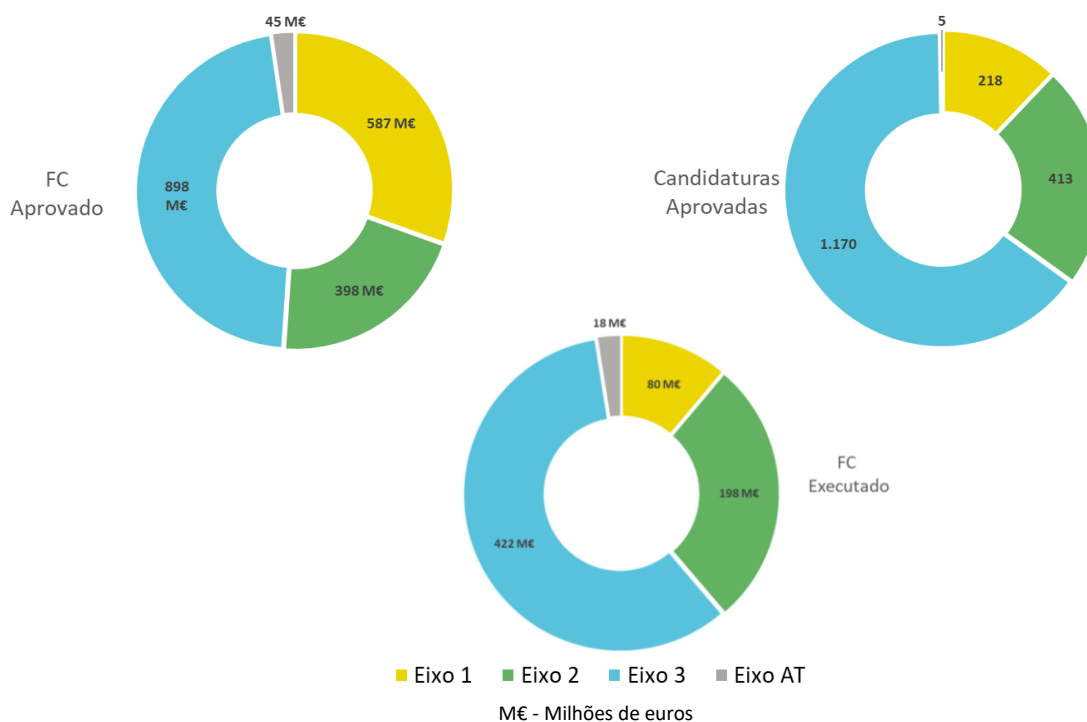
No final de 2019, a taxa de compromisso da dotação de Fundo de Coesão (FC) do PO SEUR situou-se nos 86%, fruto dos 179 avisos lançados e das 1.806 operações aprovadas. A taxa de execução financeira situou-se nos 32%, evidenciando um progresso notável, quando comparada com a situação de 2018 (20%). Apesar desta evolução, continua a registar-se dificuldade na implementação dos projetos no terreno, uma vez que a diferença entre o nível de

compromisso e de execução financeira aumentou em 2019 (54 p.p., face a 43 p.p. em 2018), em grande parte devido ao forte incremento dos projetos aprovados que se verificou em 2019, que ainda não tiveram possibilidade de execução, e também a manutenção de algumas dificuldades associadas à natureza proeminente pública das entidades beneficiárias.

Onde chegámos no final de 2019

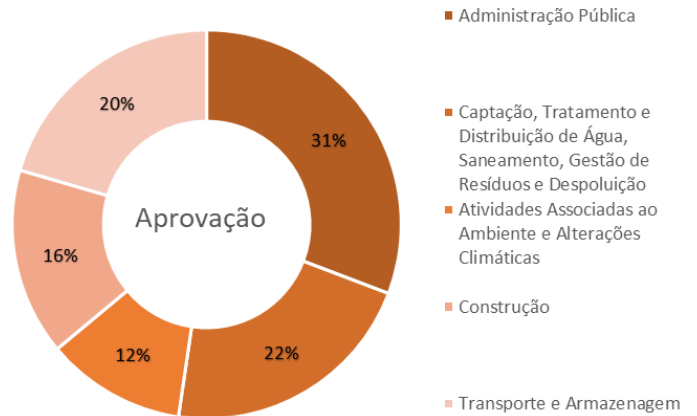
167	Avisos lançados	2.244 M€	Dotação de Fundo de Coesão Disponibilizada em Avisos
2.858	Candidaturas Apresentadas	2.779 M€	Fundo de Coesão Solicitado
1.806	Candidaturas Aprovadas	1.928 M€	Fundo de Coesão Aprovado
86%	Taxa de Compromisso (FC)	718 M€	Fundo Executado
32%	Taxa de Execução (FC)	732 M€	Pagamentos

No final de 2019, a repartição do nº de candidaturas e Fundo de Coesão aprovado e executado por Eixo era a seguinte:

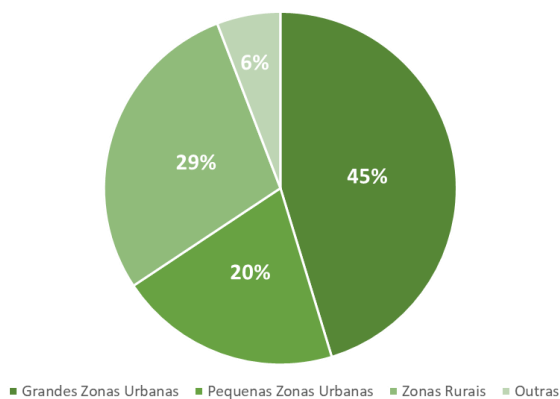


Na dimensão económica associada às operações aprovadas, verifica-se a seguinte distribuição no que respeita à aprovação, sendo que a administração pública é a dominante (31%), dada a natureza das entidades beneficiárias do PO.

Dimensão Económica



Distribuição por Tipo de Território



Considerando a distribuição por tipo de território, destaca-se o conjunto dos investimentos que incidem em zonas rurais e em pequenas zonas urbanas, com 48% dos investimentos apoiados.

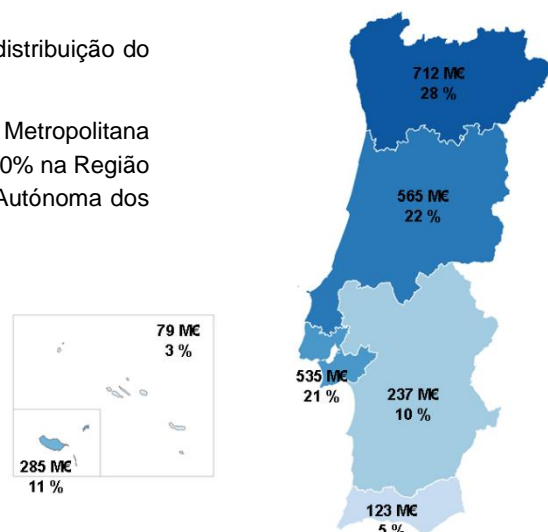
O investimento em grandes zonas urbanas representa 45% do Programa.

Quanto à localização por NUTS II, verifica-se a seguinte distribuição do Custo Total Elegível aprovado:

28% na Região Norte, 22% na Região Centro, 21% na Área Metropolitana de Lisboa, 11% na Região Autónoma da Madeira (RAM), 10% na Região do Alentejo, 5% na Região do Algarve e 3% na Região Autónoma dos Açores.

Destaca-se, pelo avanço no grau de implementação dos projetos, a execução das operações aprovadas no Centro, que representavam no final de 2019, 25% do custo total elegível executado, logo seguidas pelas operações da região Norte (23%).

Distribuição Regional do Custo Total Elegível Aprovado



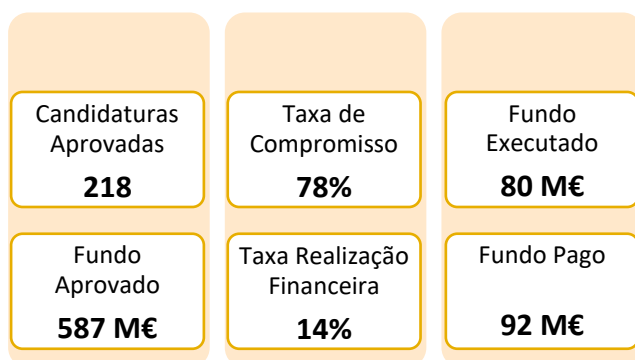
NÚMEROS E RESULTADOS ALCANÇADOS, POR EIXO

EIXO 1 - Economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores

No final de 2019 encontrava-se comprometido, com os projetos aprovados, um total de 587 M€ de FC, correspondente a 894 M€ de custo total elegível. De destacar a aprovação de 4 Grandes Projetos na área das infraestruturas de transportes, com um contributo de 240 M€ de FC.



Relativamente ao fundo executado e pago atingiu, no final de 2019, os 80 M€ e 92 M€, respetivamente, para um custo total elegível executado de 100 M€. Estes números revelam um nível de implementação ainda relativamente baixo, resultante de atrasos de execução, principalmente, nas operações relativas à Eficiência Energética na Administração Central e pelo facto de ser ainda muito pouco significativa a execução financeira dos novos Grandes Projetos aprovados em 2019.

Verifica-se já uma evolução positiva nas quantidades contratadas dos indicadores de realização, embora com uma execução ainda não muito expressiva, fruto dos problemas que se têm vindo a verificar na implementação deste Eixo.

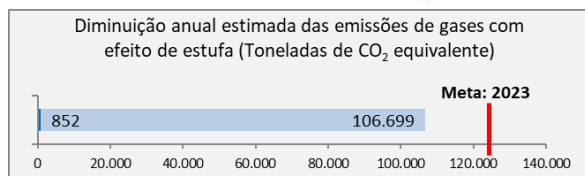


Projeto U-Bike Portugal – Operação Politécnico de Leiria
Beneficiário: Instituto Politécnico de Leiria

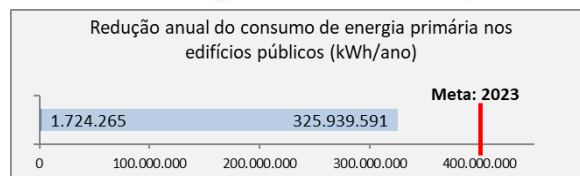
Apresenta-se nos gráficos seguintes, o grau de aproximação às metas fixadas para os indicadores do Programa que se consideram mais relevantes, nos vários domínios:

Legenda:
 Contratado
 Executado

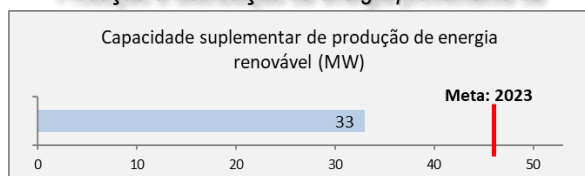
Indicador comum às áreas de intervenção do Eixo 1



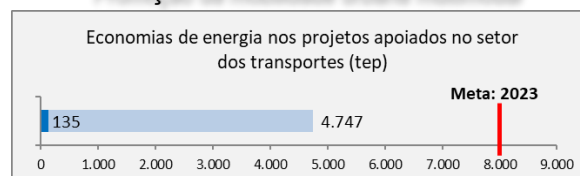
Eficiência energética nas infraestruturas públicas



Produção e distribuição de energia proveniente de



Promoção da mobilidade urbana multimodal

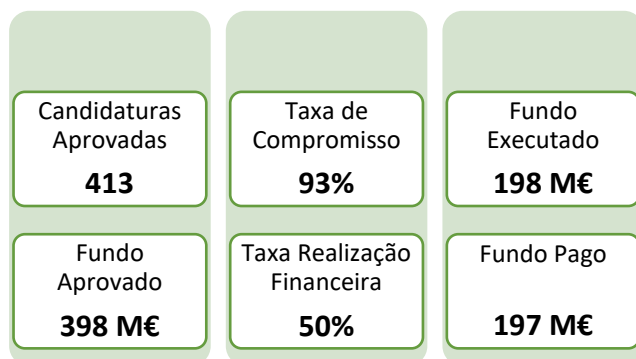


EIXO 2 - Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos

No final de 2019, encontravam-se aprovadas 413 operações, com um custo total elegível de 485 M€ e uma dotação de FC de 398 M€.

A execução financeira do Eixo 2, correspondia a um custo total elegível executado de 231 M€ e fundo de 198 M€. Os pagamentos de Fundo aos beneficiários ascenderam a 197 M€.

O nível de implementação do Eixo manteve um bom ritmo em 2019, existindo já contributos relevantes das intervenções concretizadas para a execução dos indicadores de realização.

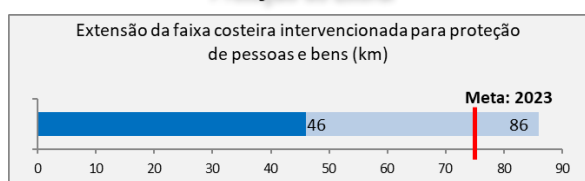


Minimização do risco nas arribas das praias do Magoito, Azenhas do Mar e S. Julião
Beneficiário: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

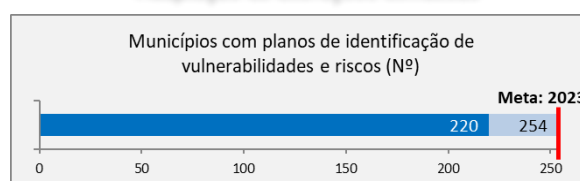
Apresenta-se nos gráficos seguintes, o grau de aproximação às metas fixadas para os indicadores do Programa que se consideram mais relevantes, nos vários domínios:

Legenda:
■ Contratado
■ Executado

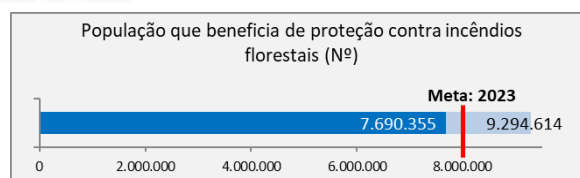
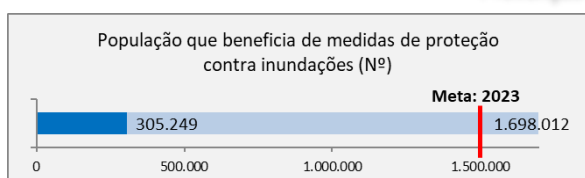
Proteção do Litoral



Adaptação às alterações climáticas



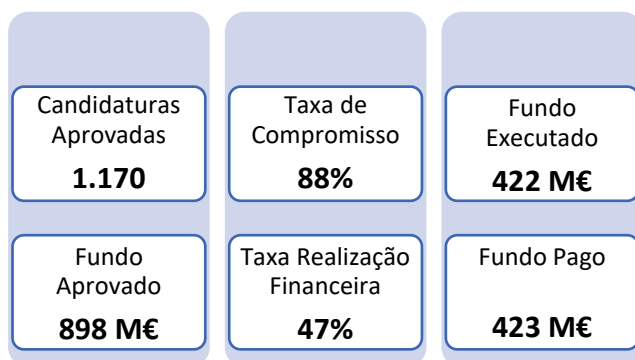
Prevenção e gestão de riscos



EIXO 3 - Proteção do ambiente e uso eficiente de recursos

No final do ano de 2019, estavam aprovadas 1.170 candidaturas, com um custo total elegível de 1.103 M€ e 898 M€ de fundo atribuído. A execução financeira atingiu o correspondente a um custo total elegível de 507 M€ e FC de 422 M€. Para esta performance, muito contribui o Ciclo Urbano da Água e a Recuperação de Passivos Ambientais. Quanto aos pagamentos de fundo efetuados aos beneficiários, o total ascende a 423 M€.

Os indicadores de realização das operações aprovadas apresentam uma evolução bastante positiva. Quanto ao executado, os indicadores apresentam uma boa performance, com contributos das operações já concluídas.

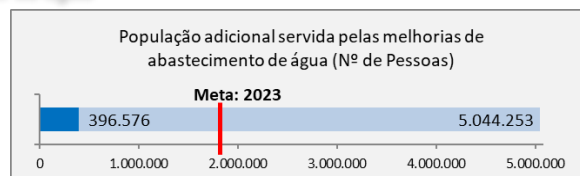
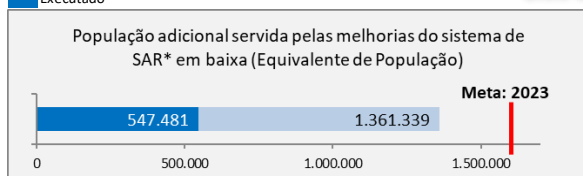


Nova ETAR da Companheira
Beneficiário: Águas do Algarve, S.A.

Apresenta-se nos gráficos seguintes, o grau de aproximação às metas fixadas para os indicadores do Programa que se consideram mais relevantes, nos vários domínios:

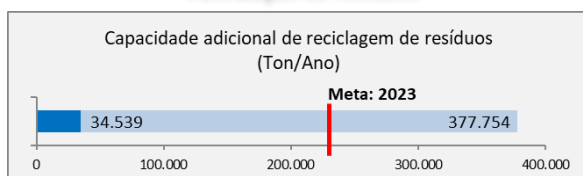
Legenda:
Contratado
Executado

Ciclo urbano da água

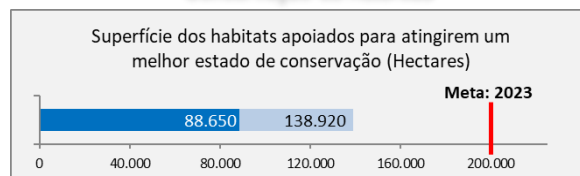


*SAR - Saneamento de Águas Residuais

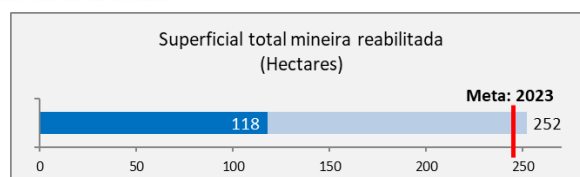
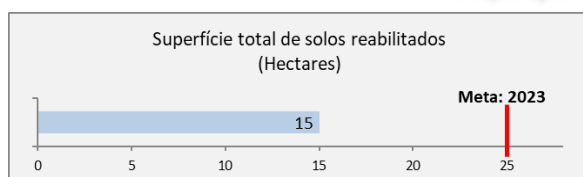
Valorização de resíduos



Conservação da natureza



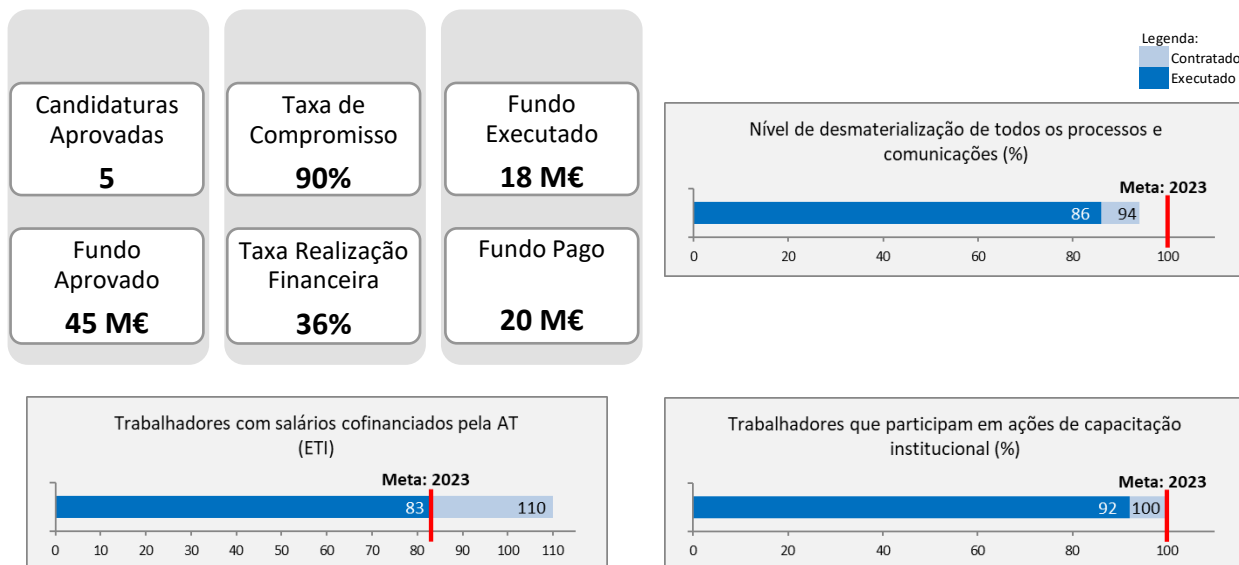
Recuperação de passivos ambientais



EIXO 4 – Assistência técnica

O custo total elegível e fundo aprovado para as operações do Eixo 4 é de 52M€ e de 45 M€, respetivamente, estando executados 21 M€ de despesa elegível e 18 M€ de fundo. Estão pagos cerca de 20 M€ às entidades beneficiárias.

Também neste eixo, as operações aprovadas até final de 2019 já contribuem expressivamente para os indicadores específicos do Programa, existindo já, no que respeita à realização executada de todos os indicadores, um grande contributo das operações parcialmente executadas.



GRANDES PROJETOS

Em 2019, o PO SEUR aprovou, no âmbito do Eixo 1, 4 Grandes Projetos na área da mobilidade urbana sustentável, com um contributo de 240 milhões de FC. Estes projetos representam um investimento total superior a 720 M€:

- Expansão do Metro do Porto: Linha Amarela (Santo Ovídio - Vila d'Este)
- Expansão do Metro do Porto: Linha Rosa (Casa da Música - São Bento)
- Expansão do sistema do Metropolitano de Lisboa
- Modernização da Linha Ferroviária de Cascais

Tratando-se de projetos estruturantes para a mobilidade das áreas metropolitanas de Lisboa e

Porto, têm um contributo fundamental para a descarbonização da economia, promovendo a transferência modal do transporte individual para modos de transporte coletivo movidos a fontes energéticas mais limpas, como é o caso do sistema de metropolitano e do sistema ferroviário. Contribuem, desta forma, para a redução das emissões de CO₂, refletidas no indicador "Diminuição anual estimada das emissões de Gases com Efeito de Estufa". Outra grande mais valia destes projetos para as populações destas áreas urbanas, são os ganhos em tempo de percurso nos movimentos pendulares que caracterizam estes territórios, permitindo uma melhoria nas suas condições de vida e promovendo uma melhor integração da vida familiar com a vida pessoal, com poupanças de tempo significativas nas deslocações casa-trabalho.

PRINCIPAIS PROBLEMAS E MEDIDAS ADOTADAS

O ano de 2019 foi marcado por uma acentuada atividade de gestão, destinada a avançar o mais possível com a implementação do Programa, atendendo às importantes alterações que resultaram da reprogramação do POSEUR que tinha sido aprovada no final de 2018.

Assim, foi determinante em 2019 a abertura de 35 novos Avisos e a análise das candidaturas recebidas, tendo sido decididas 517 candidaturas, das quais 388 foram aprovadas.

Constatou-se também uma grande necessidade de ajustamento das operações aprovadas, por razões que se prendem com as dificuldades inerentes à contratação pública (concursos que ficaram desertos e outros suspensos por litigância dos concorrentes) e outras, que levaram a reprogramações de natureza diversa – temporais, materiais e financeiras (1170 reprogramações analisadas).

Verificou-se ainda uma intensificação da execução financeira da maioria dos projetos aprovados, o que levou a um aumento dos pedidos de pagamento apresentados e validados por esta Autoridade de Gestão (6904 pedidos de pagamento), contribuindo para o acréscimo na taxa de execução do PO verificado em 2019.

A instrução e aprovação dos 4 Grandes Projetos, cuja apresentação foi possibilitada pela reprogramação de 2018, acarretou também desafios acrescidos durante o ano transato.

Todas estas tarefas exigiram um grande esforço da parte da Autoridade de Gestão e obrigaram a uma adaptação e reorganização internas de forma a poder dar resposta a estas diferentes frentes de trabalho.

Em 2019, ficou concluído o processo de integração na Administração Pública de 56 funcionários da estrutura técnica, que viram regularizado o vínculo precário que tinham para o exercício das suas funções.

Dos principais problemas relativos à implementação dos Eixos, destacam-se os que concernem ao Eixo 1, que, apesar das melhorias referidas, continua a enfrentar diversas dificuldades, quer na sua mobilização, quer na sua implementação. No caso da mobilização, a situação mais evidente prende-se com a PI 4.1 e a tipologia relativa a Projetos Piloto e de disseminação para a produção de energias renováveis, para a qual a procura não tem revelado apetência – condições de financiamento pouco atrativas e de elegibilidade muito exigentes, a que a falta de capacidade da rede para receber a energia que viesse a ser produzida. Estão a ser procuradas soluções alternativas para esta tipologia, tendo em vista a promoção de projetos que visam a produção de gases renováveis, como fonte energética alternativa.

No que respeita à implementação, a PI 4.3 enfrenta ainda algumas dificuldades, apesar das melhorias resultantes das medidas de flexibilização adotadas no âmbito da reprogramação, para a implementação do Instrumento financeiro IFRRU2020 na área da Eficiência Energética na Habitação Particular, que continua a revelar constrangimentos em mobilizar montantes significativos de Fundo de Coesão para o financiamento das medidas de eficiência energética na habitação.

No domínio da Eficiência Energética na Administração Pública continuam a verificar-se atrasos muito significativos na execução das operações aprovadas, com especial relevância no setor da saúde, em resultado das dificuldades na obtenção dos pareceres e autorizações para a realização dos investimentos e grandes delongas na realização dos procedimentos de contratação pública. A Autoridade de Gestão tem continuado, conjuntamente com as tutelas setoriais de cada uma destas áreas, a tentar encontrar soluções para serem ultrapassados aqueles constrangimentos.